



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE LAGO

PROVÍNCIA DE NIASA



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO	viii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima, Relevo e Solos	2
1.3 Infra-estruturas	4
1.4 Economia e Serviços	6
2 História, Política e Sociedade Civil	9
2.1 História e cultura	9
2.2 Cenário político actual e sociedade civil	10
3 Demografia	13
3.1 Estrutura etária e por sexo	13
3.2 Traço sociológico	13
3.3 Línguas faladas	14
3.4 Analfabetismo e Escolarização	15
4 Habitação e Condições de Vida	16
5 Organização Administrativa e Governação	18
5.1 Governo Distrital	18
5.2 Reforma do sector público	21
5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	21
5.3.1 Pesca	22
5.3.2 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	23
5.3.3 Educação e Saúde	24
5.3.4 Cultura, Juventude e Desporto	24
5.3.5 Mulher e Coordenação da Acção Social	25
5.3.6 Justiça, Ordem e Segurança pública	25
5.4 Finanças Públicas	26
5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	27
5.6 Participação comunitária	27
5.7 Apoio externo	28
6 Posse e Uso da Terra	29
6.1 Posse da terra	29
6.2 Trabalho agrícola	30
6.3 Utilização económica do solo	30

7	Educação	32
8	Saúde e Acção Social	35
8.1	Cuidados de saúde e quadro epidémico	35
8.2	Acção Social	36
9	Género	37
9.1	Educação	37
9.2	Actividade económica e exploração da terra	37
9.3	Governança	38
10	Actividade Económica	40
10.1	População economicamente activa	40
10.2	Orçamento familiar	41
10.3	Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência	42
10.4	Infra-estruturas de base	43
10.5	Agricultura e Desenvolvimento Rural	46
10.5.1	Pecuária	47
10.5.2	Pescas, Florestas e Fauna bravia	47
10.6	Indústria, Comércio e Serviços	48
	Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito do Lago	50
	Documentação consultada	51

Lista de tabelas

TABELA 1:	População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005	13
TABELA 2:	Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico	14
TABELA 3:	População, segundo o estado civil e a crença religiosa	14
TABELA 4:	População, consoante o conhecimento de Português	14
TABELA 5:	População, por condição de alfabetização, 1997	15
TABELA 6:	Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida	16
TABELA 7:	População, por condição de frequência escolar	32
TABELA 8:	População, por nível de ensino que frequenta	33
TABELA 9:	População, por nível de ensino concluído	33
TABELA 10:	Escolas, alunos e professores, 2003	34
TABELA 11:	Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003	35
TABELA 12:	Indicadores de cuidados de saúde, 2003	35
TABELA 13:	População, por condição de orfandade, 1997	36
TABELA 14:	População deficiente, por idade e residência, 1997	36
TABELA 15:	População activa, por ramo de actividade, 2005	41
TABELA 16:	Rede de estradas	44
TABELA 17:	Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003	47

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, por condições básicas de vida.....	16
FIGURA 2:	Habitções, por tipo de materiais usados	17
FIGURA 3:	Habitções, segundo a fonte de abastecimento de água.....	17
FIGURA 4:	Estrutura do orçamento distrital, 2004	26
FIGURA 5:	Estrutura de exploração agrária da terra	30
FIGURA 6:	População, por nível de ensino que frequenta	32
FIGURA 7:	Indicadores de escolaridade, por sexos.....	37
FIGURA 8:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado.....	38
FIGURA 9:	População activa, por ramo de actividade, 2005.....	40
FIGURA 10:	Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços	41
FIGURA 11:	Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal	42



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.

Lucas Chómera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água

1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito do Lago está localizado na parte Norte da Província do Niassa, confinando a Norte com a República Unida da Tanzânia, a Sul com o Distrito de Lichinga, a Este com o distrito de Sanga e a Oeste com o Lago Niassa, fronteira com a República do Malawi.

Com uma superfície¹ de 6.438 km² e uma população recenseada em 1997 de 55.892 habitantes e estimada, à data de 1/1/2005, em 75.461 habitantes, este distrito tem uma densidade populacional de 11.5 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 10 pessoas em idade activa.

A população é jovem (45%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 50%) e de matriz rural (taxa de urbanização de 11%).

1.2 Clima, Relevo e Solos

O clima do distrito do Lago é tropical húmido com duas estações distintas: verões chuvosos e húmidos e invernos secos.

A temperatura média varia entre 22° a 24°C; a pluviosidade média anual oscila entre 1.000 a 1.400 mm. A época das chuvas decorre entre Novembro a Abril. As precipitações são em regime torrencial, acompanhadas de fortes tempestades.

Quase metade da rede hidrográfica do distrito faz parte da sub-Bacia do Lago Niassa e, esta, é parte integrante da grande Bacia Hidrográfica do Rio Zambeze.

Os rios, riachos e torrentes são em grande número e, em geral, são rápidos, com orientação Este-Oeste; pouco caudalosos, de regime periódico, secam e desaparecem durante o inverno. À excepção do rio Lunho que é o mais importante curso da sub-Bacia. O lago é depositário dessas correntes hídricas.

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>



Há uma infinidade de rios nesta sub-Bacia, sendo de aludir além do Lunho, os rios Chiwindi, Metumbe, Kóbwè, Unga, Wikihi, Fugue, Nalgo, Luile, Tumbucubire, Micala, Luchimange, Meluluca, Lusefa, Urunga, Timba, latambe, Meponda, entre outros.

A Zona costeira do distrito do Lago insere-se na zona das montanhas que circundam o Vale do Rift, numa área de montanhas dobradas, que incluem unidades geomorfológicas conhecidas por Região Montanhosa do Niassa; Região de Serra de Sanga; Região de Depressão Sinclinar Entre-escarpas de Messinge e a Região de Montanhas Anticlinais de Tchissango.

Há ocorrência de maciços erosivos (a partir do sul de Meponda a Metangula) na forma de inselbergs que chegam a atingir os 1.200 metros; relevo suave nas formações do Karroo (estendendo-se do Vale do rio Lunho ao Rovuma).

Embora surjam áreas planas, o distrito apresenta um relevo muito acidentado, dominado por montanhas e vales, dentro dos quais podem ser distinguidas três importantes partes: a faixa de baixas costeiras; a porção de altas montanhas sub-costeira e a porção de encostas pendentes do oriente.

Quanto à morfologia das margens, distinguem-se duas formas básicas: um tipo correspondente a superfícies baixas e arenosas, associadas a praias e aos caniçais lamacentos e, ainda, à foz dos rios. O outro é de troços de arribas, altos, declivosos, rochosos ou pedregosos e com vegetação rara.

Na zona costeira do Lago Niassa existem dois complexos geológicos, nomeadamente o complexo gnaisso-migmatítico e o complexo sedimentar do Karroo indiferenciado.

A zona costeira leste do Lago Niassa apresenta muitas falhas e é dita como instável, isto é, propensa a abalos sísmicos.

Dentre as diversas riquezas minerais que se acredita existirem no distrito, actualmente são conhecidos jazigos de carvão, na bacia do rio Lunho, além da presença de kimberlito, chamando a atenção para a possível existência de diamantes. Existe, também, o famoso ouro aluvionar de Lupilichí, no extremo nordeste do Posto Administrativo de Kóbwè.

Os solos do distrito do Lago têm origem em rochas gneisse-graníticas do Pré-câmbrico e sedimentares/aluvionares do Quaternário. Em geral, são solos castanhos e avermelhados, profundos, de texturas média a grossa, franco argilosos, de fertilidades variáveis de



moderada a excelente, com uma aptidão para actividades agrícolas incluindo a irrigação. As suas principais limitações, em alguns tipos, relacionam-se à sua forte sensibilidade à erosão e à formação de crostas, dificultando a germinação das sementes.

O distrito e a zona costeira leste do Lago Niassa são constituídos por manchas ou domínios vegetais individualizados na forma de pradarias arborizadas; matagais (baixos, médios e altos) e florestas, territorialmente zonáveis do seguinte modo:

- Zona norte: entre a fronteira norte e sul de Kóbwè é vegetado por matagal baixo e pradarias;
- Zona centro: a partir da Ponta de Mata ao sul de Metangula é dominado por pradarias arborizadas junto às margens, enquanto no seu interior ocorre o matagal baixo;
- Zona sul: entre o rio Timba e o marco 17 encontra-se uma associação de pradarias arborizadas com uma mancha de matagal baixo na área marginal.

1.3 Infra-estruturas

Existe a EN 249 que liga Lichinga/Maniamba asfaltada continuando para Metangula de terra batida reabilitada. A ER 538 de Metangula/Cobué reabilitada, com o troço que a liga à Localidade Lupilici em más condições.

As estradas vicinais de Bandece/Liziunga, Tulo/Chissindo, Messumba/Ngoo e Metangula/Meluluca carecem de reabilitação. Algum trabalho está a ser feito com a participação das comunidades.

Existem pontes sobre os Rios Lualezi, Luchemanje, Lunho em boas condições e outras pontecas e aquedutos reabilitados. O Projecto Metangula/Lodje, está a construir a ponte sobre o rio Luchemanje no troço que liga Metangula/Sede do Distrito a Meluluca.

Durante o tempo chuvoso as populações de Chuanga, Messumba, Mbamba e Ngoo ficam isoladas por falta de pontes sobre os Rios Lunho, Fubue e outras pontecas nos pequenos riachos ao longo da costa, desde a Sede do Distrito até Ngôo.

Foi reabilitada a ponte sobre o Rio Lunho e continuam os trabalhos de reabilitação da estrada Regional Metangula/Lupilichi. Decorrem trabalhos no cruzamento



Kobwe/Lupilichi. A reabilitação de pontecas e a construção de aquedutos têm sido realizadas pela Empresa de Construção e Manutenção de Estradas e Pontes (ECMEP).

Operam no distrito transportes semi-colectivos, os vulgos “Chapa-100”, que fazem a ligação Sede do Distrito para a Cidade de Lichinga.

Pela sua localização geográfica, o Lago Niassa possui 3 portos de cabotagem, nomeadamente Kóbwè, Metangula e Meponda. Para garantia da segurança de navegação e tráfego local foram instalados sinais de ajuda à navegação em terra, faróis de aproximação de navios aos portos, reabilitação do farol da Base Naval e do farolim à entrada da Baía de Thungo.

Em termos de comunicações o distrito é servido por postos de rádio e telefone.

Os tipos de fonte de água no distrito variam entre poços e furos. As fontes estão em funcionamento o ano todo e estão equipadas com bombas do tipo Afridev. Apenas 5 localidades/aldeias têm acesso a água das fontes, enquanto as restantes tiram-na directamente dos rios e lagos. A participação comunitária no sector de água restringe-se à manutenção de segurança, não havendo animadores para o sector no distrito de Lago.

Existe um grupo gerador pertencente ao Município da Vila de Metangula e geradores da Unidade Militar da Base Naval. O seu funcionamento é deficiente devido à falta de combustíveis e lubrificantes, sendo que a Base Naval fornece energia eléctrica apenas durante algumas horas.

Os Postos Administrativos não possuem geradores próprios. O Posto Administrativo de Maniamba beneficia de energia eléctrica produzida por painéis solares; o PA de Kóbuè aproveita a energia eléctrica produzida pelos painéis solares do Posto de Saúde e a Localidade de Lupilichi é servida pelo gerador do Fomento Mineiro.

Na Vila Municipal de Metangula funciona um grupo gerador que é gerido pela Base Naval, já que o Município não tem condições para o manter. Todavia, a um de Dezembro de 2003 a gestão do referido gerador foi restituída ao Município.

O distrito possui 84 escolas (das quais, 76 do ensino primário nível 1), e está servido por 11 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:



-
- Uma unidade sanitária por cada 8 mil pessoas;
 - Uma cama por 1.600 habitantes; e
 - Um profissional técnico para cada 3.100 residentes no distrito.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

1.4 Economia e Serviços

A pesca é a actividade principiapl da região, seguida pela agricultura. De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

De uma forma generalizada pode-se dizer que a região é caracterizada pela ocorrência de três sistemas de produção agrícola dominantes. O primeiro corresponde à vasta zona planáltica baixa onde domina a consociação das culturas alimentares, nomeadamente mandioca/milho/feijões nhemba e boer, como culturas de 1a época (época das chuvas) e a produção de arroz pluvial nos vales dos rios, dambos e partes inferiores dos declives.

O segundo sistema de produção é dominado pela cultura pura de mapira, ocasionalmente consociada com milho e feijão nhemba. As culturas de meixoeira e amendoim podem aparecer em qualquer uma das consociações. A mandioca é a cultura mais importante em termos de área e é cultivada tanto em cultivo simples, como em cultivo consociado com feijão ou amendoim.

O algodão corresponde ao terceiro sistema de produção, e constitui a principal cultura de rendimento da região. Os três sistemas de produção agrícola aqui descritos ocorrem em regime de sequeiro.

O sul do distrito é dominado pelo sistema de produção de milho, associado à produção de feijão, batata reno, sendo qualquer uma delas importante, não só na segurança alimentar como também como forma de rendimento. O feijão manteiga pode mesmo ser feito em dois cultivos sucessivos. Devido à humidade excessiva durante a estação das chuvas e à maior ou menor deficiência de humidade durante o período seco, é prática comum o uso de matutos, técnica local de conservação de solos e água.



Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

As principais limitações ao plantio de árvores de fruta são a falta de sementes, as pragas e a insuficiente qualidade da terra. A lenha é a fonte de energia mais usada na confecção de alimentos no Lago.

Para além da pesca, a caça constitui um suplemento dietético das famílias no Lago. Dentre os animais mais caçados constam-se as gazelas, porco-do-mato e búfalos. Das espécies ainda existentes no distrito contam-se elefantes, pala-palas, porcos, antílopes e hipopótamos.

A pequena indústria local (pesca, moageiras, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

As actividades na área dos Recursos Minerais e Energia caracterizam-se pela comercialização do Ouro, cobrança de taxas e emissão de licenças para exploração mineira.

Durante o primeiro semestre de 2003, foram comercializadas na área de Lupilichi 455 gramas de ouro pelo Fundo do Fomento Mineiro.

A nível familiar os rendimentos fora da agricultura não são significativos para a economia formal. A população, via de regra, apenas comercializa localmente a sua produção, só se deslocando aos mercados dos distritos vizinhos para comprar os produtos não disponíveis no mercado local.

Em todo o distrito só 6 lojas estão em funcionamento. Existem, ainda, 7 moagens, 1 padaria e 1 restaurante. A rede comercial é maioritariamente constituída por comerciantes informais que possuem as suas bancas espalhadas um pouco por todo o distrito.

A região do Lago Niassa tem muita importância em termos turísticos pois é um dos grandes lagos da região Austral de África. Uma das riquezas do Lago é o peixe, que existe em abundância e possibilita a prática da pesca artesanal e comercial, fazendo com que seja incluído na dieta das famílias



Ao longo da costa do Lago, existem belas praias para o desenvolvimento do turismo (Chuanga, Ngoo, Chigoma, Michepa, Meluluca). Apenas a praia de Chuanga está a ser explorada. Aqui foi construído o Centro Turístico Katawala (Cetuka).

O projecto Manda Wilderness de Mchenga Nkuichi realiza também trabalhos de igual carácter, albergando turistas nacionais e internacionais. A falta de transporte lacustre é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento do turismo no distrito.

Não existe nenhum sistema formal de crédito no distrito. A única instituição financeira aí existente é um ponto de captação de poupança do Banco Austral.

Lago



2 História, Política e Sociedade Civil

2.1 História e cultura

O distrito do Lago é povoado por três grupos etno-linguísticos principais, nomeadamente os Wanyanja (Nianjas), os Wayao (Ajauas) e os N'goni, em constante processo de miscigenação e fusão inter-étnica.



A zona costeira do Lago Niassa é povoada predominantemente por povos da etnia Nyanja que ocupam a faixa das baixas costeiras e encostas de toda a jurisdição do distrito do Lago. Outros povos são Wayao (Ajauas) a zona sul da costa e os N'goni que se localizam em pequenos núcleos ou aldeias na zona centro e norte do distrito do Lago.

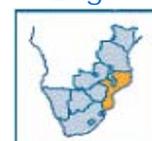
O fenómeno da presença de outros povos, tais como, Macuas, Macondes, Senas, Machanganes e outros na zona costeira do Lago Niassa, se bem que em número muito reduzido, é recente, do século XX. Pequenos grupos Nyanjas já ocupavam as margens lacustres desde o século XVII, enquanto os Ajauas e os N'goni passaram a viver nela nos princípios do século XIX.

As línguas mais faladas no distrito são o Nhanja e Yao (na costa e no planalto) e o Ngoni na Localidade de Lupilichi. A cultura do distrito é bastante diversificada em razão da mistura de três grupos étnico-linguísticos tão distintos, como os Nhanjas, Yaos e Ngonis. As danças mais praticadas no distrito durante as festas tradicionais são a N'ganda, Chioda, Nzulubi, Beni, Masseve.

Nas zonas costeiras, as populações encontram-se a residir em aglomerados (aldeias ou bairros), somente, e muito raramente, é que pode ocorrer dispersão habitacional, neste caso, associada ao cultivo de campos nas matas do interior.

Mais de 95% das aldeias localizam-se junto às margens do lago em distâncias inferiores a 10Km, atraídas pelos recursos lacustres, principalmente água. Outros factores desta situação é a proximidade às estradas. Todavia, o relevo muito acidentado junto à costa também condiciona esse confinamento das populações.

Lago



Há ainda a considerar que novas aldeias surgiram nos últimos anos, no contexto de regresso de algumas famílias ainda reticentes quanto à seriedade do ambiente de paz, bem assim daquelas que se movimentaram (mudança de residência, novos casais, etc).

2.2 Cenário político actual e sociedade civil



Historicamente, existem grandes núcleos familiares designados M'BUNA (entre Ajauas e Nyanjas) que por sua vez são compostos por vários M'BUMBA. O núcleo social baseia-se nos M'bumba, a família nuclear. Os chefes das linhagens menores são designados Asyene M'bumba (entre os Yao); Mwene M'bumba (entre Nyanja) e normalmente é o irmão mais velho e carismático do núcleo de famílias. São funções do chefe M'bumba:

- Zelar pela vida social do M'bumba;
- Mediar conflitos sociais;
- Resolver disputas domésticas;
- Dirigir negociações matrimoniais;
- Dirigir cerimónias e ritos fúnebres, evocações e purificações.

Um M'buna é dirigido por um Régulo: Mwenhe (em Yao) e Bambu (em N'goni) e Mfumo (em Nyanja). Um Régulo dirige núcleos clânicos de uma região. A sua autoridade é efectiva com a ajuda de subalternos vulgarmente chamados de N'duna. Estes, são o elo de ligação entre o Régulo e as massas comunitárias e, ainda, ao lado dos anciões da região constituem os Conselheiros do Régulo.

São os N'dunas que zelam pela manutenção e aplicação das regras tradicionais das comunidades. Cabe às comunidades eleger o régulo e este os N'dunas e Chefes das Aldeias, que são apelidados de Mwene Mudzi (em Cinyanja) e Asyene Mudji (em Ciyao).

A *liderança tradicional* é assegurada pelos seguintes representantes do poder ao nível da comunidade:

- Régulos e Secretários de Bairros;
- Chefes de Grupos de Povoações;
- Chefe da Povoação;
- Chingore;

Lago



-
- Outras personalidades na comunidade respeitadas e legitimadas pelo seu papel social, cultural, económico e religioso.

Na liderança tradicional existe uma espécie de divisão de trabalho e de funções entre os diferentes líderes das comunidades. Assim, os Secretários têm hoje como função principal a mobilização da comunidade para as tarefas sociais e económicas. Os líderes tradicionais tratam principalmente dos aspectos tradicionais, tais como, cerimónias, ritos e conflitos sociais.

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades provinciais e distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais.

Neste contexto, foram legitimados pelas respectivas comunidades e reconhecidos pela autoridade competente 24 Líderes Comunitários de diversos escalões.

A relação entre a Administração do Distrito e as Autoridades Comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito e outros que caem no âmbito das suas competências, nomeadamente:

- Colaboração na manutenção da Paz e harmonia social;
- Articulação com os tribunais comunitários na resolução de conflitos de natureza civil, tomando em conta os usos e costumes locais;
- Mobilização e organização das populações para construção e manutenção de fontes de abastecimento de água e aumento da área de produção;
- Mobilização das comunidades locais na manutenção das vias de acesso, locais sagrados e construção de latrinas melhoradas;
- Educação cívica das comunidades sobre o uso sustentável e gestão de recursos naturais, incluindo a prevenção das queimadas descontroladas e caça ilegal;
- Mobilização e organização das populações para o pagamento do Imposto de Reconstrução Nacional;

Lago



-
- Mobilização dos pais e encarregados de educação para mandarem os seus filhos à escola, principalmente as raparigas; e
 - Divulgação das Leis, deliberação dos Órgãos Locais do estado e outras informações úteis à comunidade.

Através dos líderes comunitários, as populações têm-se envolvido na busca de soluções para os problemas existentes, nomeadamente, no combate à criminalidade, em colaboração com a Polícia Comunitária, através da apreensão e denúncia de delinquentes; no combate ao cultivo, consumo e comercialização de estupefacientes (suruma); na abertura de vias de acesso; na confecção de tijolos no âmbito do programa de “*comida por trabalho*” e na abertura de poços comunitários usando material convencional ou local.

A *religião* dominante é a Muçulmana, praticada pela maioria da população do distrito. Existem outras crenças no distrito, sendo prática corrente que os representantes das hierarquias religiosa se envolvam, em coordenação com as autoridades distritais, em várias actividades de índole social.

Lago



3 Demografia



O distrito tem uma superfície de 6.438 km² e uma população, à data de 1/1/2005, de 75 mil habitantes. Com uma densidade populacional de 12 hab/km², estima-se que o distrito atinja, em 2010, os 88 mil habitantes.

3.1 Estrutura etária e por sexo

Com uma população jovem (47%, abaixo dos 15 anos) e um índice de masculinidade de 49%, a taxa de urbanização do distrito é de 11%, concentrada na Vila de Metangula.

A estrutura etária da população do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 10 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
DISTRITO DE LAGO	75.461	14.514	21.181	29.906	7.018	2.842
Homens	36.631	7.077	10.905	14.196	3.073	1.380
Mulheres	38.829	7.436	10.276	15.710	3.945	1.462
P.A. de METANGULA	17.217	3.586	4.879	6.699	1.607	446
Homens	8.332	1.740	2.526	3.134	720	212
Mulheres	8.885	1.846	2.353	3.566	887	234
P.A. de COBUE	18.769	3.247	5.253	7.993	1.669	608
Homens	9.422	1.590	2.654	4.102	774	302
Mulheres	9.347	1.657	2.599	3.891	895	305
P.A. de LUNHO	20.460	3.377	5.904	7.974	2.149	1.056
Homens	9.845	1.670	3.076	3.755	852	493
Mulheres	10.615	1.707	2.828	4.219	1.297	563
P.A. de MANIAMBA	19.015	4.304	5.144	7.241	1.593	733
Homens	9.032	2.076	2.649	3.207	728	373
Mulheres	9.983	2.228	2.495	4.034	865	360

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

3.2 Traço sociológico

Das 18.230 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico nuclear com filhos (35%) e têm, em média, 3 a 5 membros.



TABELA 2: Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
25,6%	49,7%	24,8%	4,1	2,0	2,2
Tipo Sociológico de Agregado Familiar					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
8,4%	1,0%	14,5%	34,7%	8,6%	32,7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Sião ou Zione.

TABELA 3: População, segundo o estado civil e a crença religiosa

Com < 12 anos	Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viuvo
40,6%	59,4%	20,9%	33,3%	2,9%	2,2%
Com Crença Religiosa					
Total	Muçulmana	Católica	Evangélica	Animista	Outra
100,0%	46,4%	26,2%	6,0%	5,4%	16,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.3 Línguas faladas

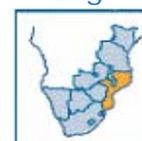
Tendo por língua materna dominante o *Cyao*, 70% da população do distrito com 5 ou mais anos de idade não sabem português, sendo o seu conhecimento preferencial nos homens, dada a maior inserção na vida social e escolar e no mercado de trabalho.

TABELA 4: População, consoante o conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE LAGO	29,7%	19,3%	10,4%	70,3%	32,1%	38,1%
5 - 9 anos	2,1%	1,1%	0,9%	17,9%	9,1%	8,8%
10 - 14 anos	5,1%	2,9%	2,2%	9,7%	4,7%	4,9%
15 - 19 anos	4,9%	2,9%	2,0%	6,9%	3,4%	3,5%
20 - 44 anos	14,8%	10,0%	4,8%	22,5%	9,9%	12,6%
45 anos e mais	2,9%	2,3%	0,6%	13,3%	5,0%	8,3%
P.A. de METANGULA	41,8%	25,2%	16,6%	58,2%	23,2%	35,0%
P.A. de COBUE	25,3%	17,6%	7,7%	74,7%	32,9%	41,8%
P.A. de LUNHO	32,1%	20,5%	11,5%	67,9%	27,3%	40,6%
P.A. de MANIAMBA	20,5%	14,2%	6,3%	79,5%	33,0%	46,4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Lago



3.4 Analfabetismo e Escolarização

Com 70% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 40% dos habitantes² frequentam ou já frequentaram a escola.

TABELA 5: População, por condição de alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE LAGO	70,4%	59,8%	80,5%
5 - 9	94,5%	94,0%	95,1%
10 - 14	67,6%	63,9%	71,5%
15 - 44	59,2%	42,8%	74,0%
45 e mais	77,5%	61,6%	90,5%
P.A. de METANGULA	67,6%	58,0%	76,5%
P.A. de COBUE	65,2%	54,4%	76,1%
P.A. de LUNHO	66,3%	54,4%	77,2%
P.A. de MANIAMBA	83,5%	73,9%	92,2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

² Com 5 ou mais anos de idade.

Lago



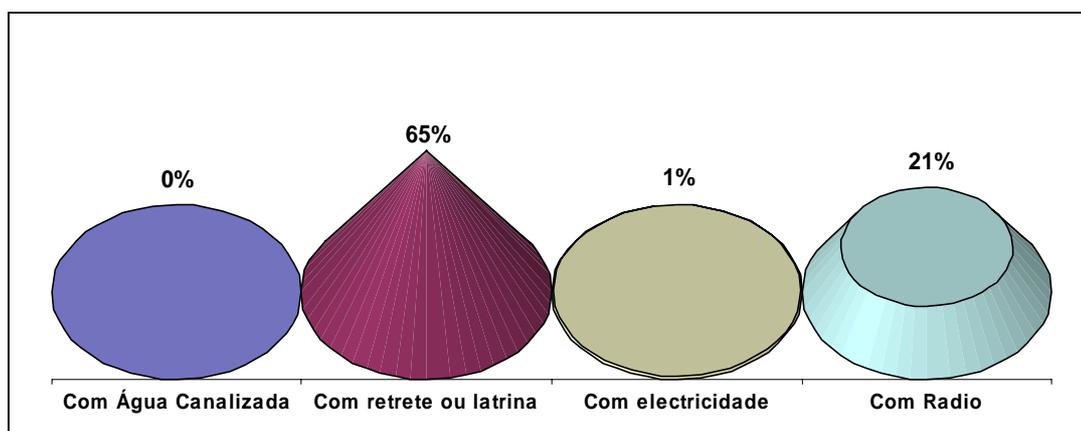
4 Habitação e Condições de Vida



O tipo de habitação modal do distrito é “*a palhota, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus*”.

Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias “*sem rádio e electricidade, dispondo de 6 bicicletas em cada dez famílias, e vivendo em palhotas com latrina e água colhida directamente em poços e furos ou nos rios e lagos*”.

FIGURA 1: Famílias, por condições básicas de vida



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 6: Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TIPO DE HABITAÇÃO							
	TOTAL		Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
Com Água Canalizada	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Com retrete ou latrina	65%	68%	84%	86%	71%	71%	64%	67%
Com electricidade	1%	1%	9%	10%	29%	20%	0%	0%
Com Radio	21%	23%	29%	34%	43%	63%	20%	23%

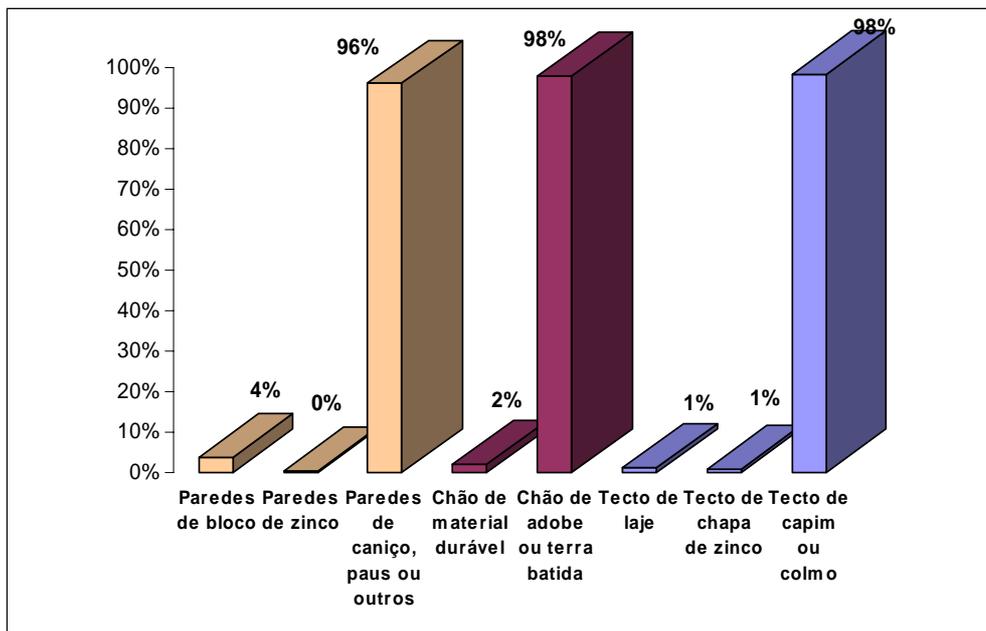
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

Lago



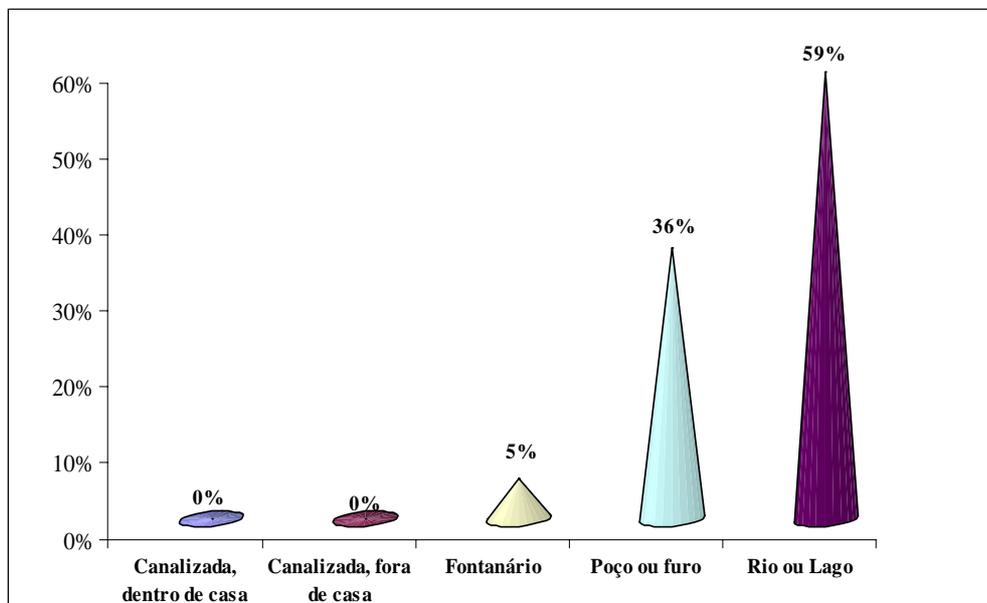
FIGURA 2: Habitações, por tipo de materiais usados



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua maioria a população do distrito é abastecida por poços e furos (36%) ou recorre directamente aos rios ou lagos (59%).

FIGURA 3: Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.



5 Organização Administrativa e Governação

O distrito tem quatro Postos Administrativos: Metangula, Cobue, Lunho e Maniamba que, por sua vez, estão subdivididos em 9 Localidades.

METANGULA
METANGULA - SEDE
COBUE
COBUE-SEDE
CIGOMA
CHIWINDE
LUPILICHI
NGOFI
LUNHO
LUNHO - SEDE
TULO
MANIAMBA
MANIAMBA - SEDE

5.1 Governo Distrital



O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:

- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital da Educação;
- Direcção Distrital da Saúde;
- Direcção Distrital da Cultura, Juventude e Desporto;
- Delegação do Registo Civil e Notariado;
- Comando Distrital da PRM.

Para além destes órgãos, estão também adstritos ao Governo Distrital, os seguintes organismos:

- Tribunal Judicial Distrital;
- Direcção das Prisões;
- Delegação Distrital de Coordenação da Acção Ambiental;
- Instituto Nacional de Gestão das Calamidades;

Lago



- Registo Civil e Notariado;
- Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala;
- Correios de Moçambique;
- Projecto de Gestão Integrada na Zona Costeira do Lago Niassa;
- Instituto de Investigação Pesqueira.
- Representação do INAS e do sector do Trabalho; e
- Direcção do SISE.

Existe o Conselho Municipal de Metangula com uma Assembleia, com funções nas áreas sociais, económicas e de urbanização da Vila de Mentagula-Sede do Distrito. Funciona, ainda, a Base Naval de Metangula com servidores civis, como carpinteiros, serralheiros, pedreiros, agentes de saúde e outros.

Com um total de 36 funcionários (dos quais, 3 são mulheres), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

■ Técnicos Médios	2
■ Assistentes Técnicos	11
■ Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	8
■ Pessoal auxiliar	15

Infra-Estruturas do Governo Distrital

- Administração do Distrito;
- Palácio do Administrador do Distrito;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Residência do Director;
- Direcção Distrital da Saúde e seu Centro, residência do Médico e Direcção Distrital;
- Direcção Distrital de Recursos Minerais e Energia e residência do Director;
- Direcção Distrital de Obras Públicas e Habitação e residência do Director;
- Base Naval de Metangula e residência dos Oficiais superiores;
- Comando Distrital da PRM e residência do Comandante;
- Conselho Municipal da Vila de Metangula;
- Administração Marítima dos Portos do Niassa.
- Correios de Moçambique;
- Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala;

Lago



-
- Instituto de Investigação Pesqueira;
 - Serviços de Alfândegas e Migração;
 - Instituto Nacional de Gestão de Calamidades;
 - 3 Secretarias da Administração nos 3 Postos Administrativos (Maniamba, Lunho e Kóbwè);
 - 2 Residências dos Chefes de Postos e 1 (uma) do Chefe da Secretaria em Maniamba e Kóbwè respectivamente;
 - Infra-estruturas sanitárias (1 centro de Saúde; 1 casa do médico e 1 casa do Director Distrital).

O Distrito do Lago compreende uma grande extensão do Lago Niassa. A navegação e a pesca são actividades que exigem a pronta intervenção do sector de inspecção e fiscalização marítima.

A Administração Marítima realizou 25 fiscalizações de controlo a embarcações nacionais e estrangeiras; 8 palestras de sensibilização para a observância de medidas de prevenção de acidentes; controlou 17 embarcações para certificação técnica das suas condições de navegabilidade e respectivas vistorias.

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).

O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as seguintes funções:

- Dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural.
- Dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o

Lago



Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

5.2 Reforma do sector público

O Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, sobre a Reforma do Sector Público, está a ser implementado no distrito. Com efeito, este instrumento foi objecto de estudo pelos funcionários do Estado, de modo a garantir a sua correcta implementação pelos sectores.

Neste sentido, foram já emitidos crachás de identificação para os funcionários da Administração do Distrito e das Direcções do Governo Distrital.

5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo e transcrever o rol de funções oficiais dos Governos Distritais aprovadas e publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa, realizadas no período 2000-2004, que contribuem para o desenvolvimento do distrito.

No essencial a actividade do Governo Distrital centrou-se nos seguintes objectivos e acções:

- Envolver as populações na busca de soluções para os problemas locais através de diálogo.



-
- Estudar a viabilidade de alocação de equipamento as Administrações Distritais para a manutenção das vias.
 - Alargar a rede escolar e sanitária e melhorar a qualidade dos serviços prestados.
 - Promover o uso de material local de construção para a edificação de residências do Chefe de Posto Administrativo e outros funcionários do Estado.
 - Intensificar acções de fornecimento/capacitação técnico-profissional dos Funcionários em particular ao nível Distrital e de Posto Administrativo.
 - Melhorar os serviços prestados pelas Administrações Distritais tendo em conta que o cidadão constitui a razão da sua existência.
 - Melhorar o atendimento nas escolas Hospitais, Repartições do Estado, na tramitação do processo de pedidos de terra ,de Bilhetes de Identidade, etc.
 - Melhorar o sistema de colecta e registo de receitas nas Administrações Distritais.
 - Prestigiar a função de Administrador Distrital.

5.3.1 Pesca

O Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala, tem como funções o desenvolvimento das actividades internas da Estação e o melhoramento das condições de vida das comunidades pesqueiras.

A realização destas actividades comportou a recolha de informação estatística, extensão pesqueira, promoção de Associações e Comitês de Co-gestão, fomento de actividades produtivas e interacção com as Organizações Não Governamentais que operam na área da pesca na Província do Niassa.

Para a recolha de informação estatística foram realizadas deslocações à Cidade Lichinga e a outros Centros de Pesca , tendo a sondagem sido dirigida aos vendedores ambulantes e pescadores informais.

Durante o período em análise decorreu o processo de recenseamento de pescadores e embarcações nos seguintes locais: Lago Niassa, Distrito de Lago e Lichinga; Lago Amaramba, Distrito de Mandimba e Mecanhelas; Lagos Chiuta e Chirua, Distrito de Mecanhelas.



Estas tarefas consideram-se relevantes para a Instituição, já que permitem consolidar a política e a estratégia do sub-sector na contribuição e consolidação da vida das comunidades pesqueiras, com vista à redução da pobreza absoluta através da criação de postos de trabalho.

Assim, foram identificadas as características dos Centros de Pesca, tipos de embarcações utilizadas nos vários centros de pesca e sua quantificação, infra-estruturas e equipamentos existentes para processamento do pescado, reparações, partilha de rendimentos pelos vários intervenientes na pesca e o destino do pescado capturado, relacionamento físico entre os centros de pesca e as aldeias de pescadores, e caracterização das aldeias de pescadores para estabelecimento dos perfis de ligação entre estas e os outros centros.

No Lago Niassa, foram recenseados 4.803 pescadores sendo 4.017 permanentes e 786 eventuais e recenseadas 1.164 embarcações, sendo: 1.103 canoas; 52 chatas e, 9 barcos de fibra de vidro. Nos lagos Chiuta e Chirua foram recenseados 3.115 pescadores, sendo 2.515 permanentes e 600 eventuais e recenseadas 315 embarcações, das quais 119 são chatas e 196 canoas.

Para a conservação e processamento do pescado são usadas as técnicas de secagem ao sol, fumagem, salga e congelamento. Foram criadas 3 Associações, nomeadamente: de Meponda com 15 grupos, a de Metangula com dois grupos e a de Ngô com três grupos.

Cada um desses grupos beneficiou de valores monetários no total de 214.182.990,00 Mt, 164.465.364,00 Mt, 174.551.922,00 Mt respectivamente. Está em processo o pagamento dos reembolsos tendo em vista a continuidade do projecto.

Importa salientar que a nível da Província do Niassa operam no sector das pescas as seguintes organizações: Embaixada da Irlanda; ACORD; Associação Progresso; INAS; Comissão de Reinserção Social; Fundo do Fomento Pesqueiro.

5.3.2 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural

De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.



O início do século foi marcado pelo cenário de estiagem e seca caracterizado por chuvas irregulares e abaixo do normal criaram uma situação de insegurança alimentar, exigindo do Governo Distrital iniciativas enérgicas de mitigação, de que se destacam:

- Distribuição de sementes e utensílios agrícolas às vítimas das cheias;
- Reabilitação de valas de drenagem nas baixas do distrito;
- Fomento de batata-doce de polpa alaranjada; e
- Aquisição e distribuição de bovinos de fomento.

5.3.3 Educação e Saúde

O investimento no sector tem estado a crescer, elevando para 84 o número de escolas em 2003 (76 do ensino primário nível 1, 7 do nível 2 e uma do ensino secundário geral), que são frequentadas por cerca de 16 mil estudantes ensinados por 287 professores.

O distrito está dotado de 1 Centro de saúde de nível I, 1 do nível II/III e 9 Postos de saúde, com um total de 54 camas e 28 técnicos e assistentes de saúde.

O crescimento da rede escolar e de saúde desde 2000 e a melhoria do atendimento do pessoal têm permitido aumentar o acesso da população aos serviços do Sistema Nacional de Educação e da Saúde que, porém, está ainda a um nível bastante insuficiente.

5.3.4 Cultura, Juventude e Desporto

Durante o período em análise a Biblioteca do ESAM foi reforçada com mais 73 títulos; Foram produzidas fichas de actualização referentes a 32 locais históricos e identificado um local histórico; foram realizadas 3 visitas à Biblioteca escolar do ESAM; registados 1.620 leitores mensais; criados 2 comités comunitários de gestão e conservação de locais históricos; apurada a existência de 2 de músicos tradicionais; realizado um festival cultural do Município de Metangula, 11 intercâmbios culturais a nível do Distrito incluindo o Município e preparada a participação do distrito no Festival Provincial de Canto e Música tradicional.

Foram realizadas 73 palestras no âmbito da prevenção e combate às DTS, HIV/SIDA e outros males sociais e 10 encontros com os núcleos culturais e desportivos.



Foram realizados 23 intercâmbios desportivos, 3 intercâmbios de futebol de onze, sendo um do escalão infantil e dois do escalão sénior. Foi realizado um torneio quadrangular de basquetebol.

Tiveram lugar 3 concertos musicais, 4 cursos de formação para treinadores de voleibol e uma participação no Campeonato Provincial de futebol recreativo, zona Norte.

A modalidade desportiva mais praticada no distrito é o futebol de “onze”. Nos últimos tempos têm vindo a ser introduzidas as modalidades de voleibol, basquetebol e natação através do Núcleo Distrital do Desporto Recreativo.

5.3.5 Mulher e Coordenação da Acção Social

Nesta área o Governo Distrital tem promovido a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, regressados e refugiados.

A acção nesta área tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos da pobreza, calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

5.3.6 Justiça, Ordem e Segurança pública

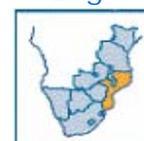
Os serviços de justiça no distrito estão representados por um tribunal e uma conservatória do registo civil e por um assistente técnico.

O contrabando, o consumo de estupefacientes e as agressões físicas são os crimes mais frequentes no distrito. Em 2003 registaram-se 79 casos criminais contra 70 em 2002.

Na Sede do Distrito registou-se uma subida do índice de criminalidade, por ser a zona onde se concentra o maior número de população desempregada.

Foram registados em 2003 um total de 8 acidentes de viação contra 6 do ano de 2002, sendo apontadas como causas, o excesso de velocidade e de passageiros e o mau estado das vias

Lago



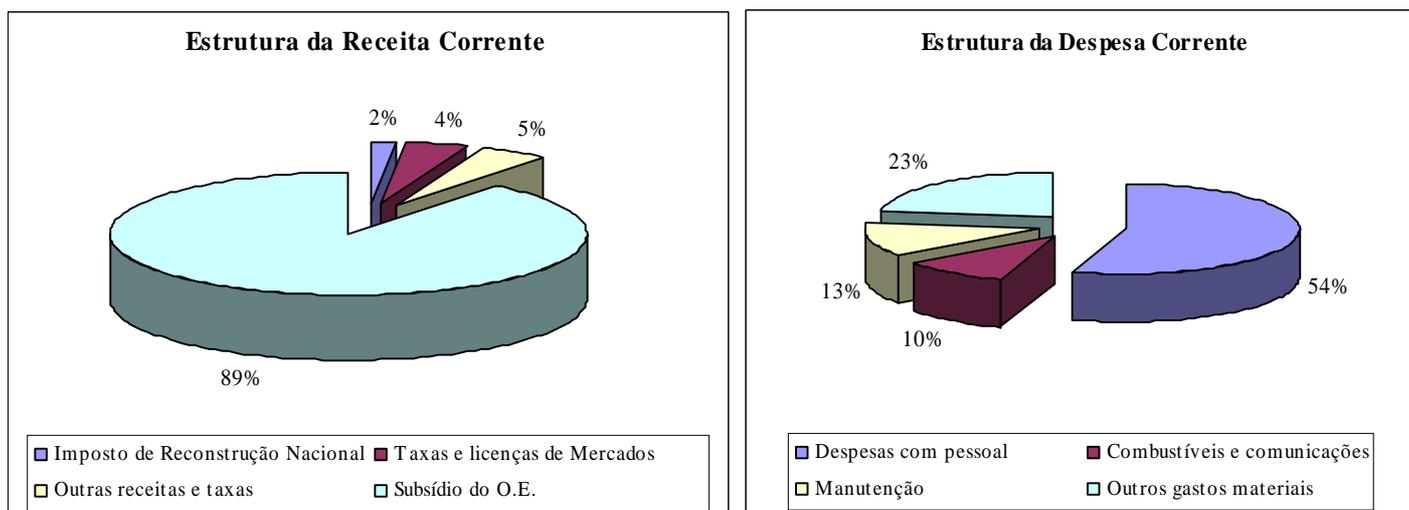
públicas. A Brigada da Polícia de Investigação Criminal registou 60 processos crime contra 63 de 2002.

5.4 Finanças Públicas



A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais (em contos).

FIGURA 4: Estrutura do orçamento distrital, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 11 contos por habitante.

Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é muito baixo.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu montante é pequeno, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

Lago



5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital

Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem enfrentado vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Falta de fundos de investimento para manutenção dos PS de Água e dos furos nas aldeias;
- Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos; e
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado.

As minas constituem ou constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e neste distrito mais controlada e conhecida.

Face às restrições orçamentais existentes, tem sido essencial para a prossecução da actividade do Governo Distrital e para o progresso do distrito, o envolvimento consciente e participação comunitária, e o apoio do sector privado e de vários organismos internacionais que operam neste distrito.

5.6 Participação comunitária

A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em matéria de construção, reabilitação e manutenção de infra-estruturas, nomeadamente estradas interiores, postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros.

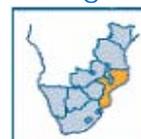
Para tal, o Governo Distrital tem estabelecido coordenação de acções com as ONG's, visando levar a efeito a reconstrução e construção de infra-estruturas com base em recursos locais e nos programas "comida pelo trabalho" financiados pelo PMA.



5.7 Apoio externo

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais.

Lago



6 Posse e Uso da Terra ³



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento distrital.

Apesar das reservas quanto à representatividade ao nível distrital dos dados do CAP, este capítulo permite avaliar os principais factores que fazem deste sector um veículo privilegiado de intervenção no desenvolvimento económico e social do país.

Referirmo-nos, entre outros, ao facto de:

- Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- As condições naturais permitirem a prática da actividade.

6.1 Posse da terra

Este distrito possui cerca de 13 mil explorações agrícolas com uma área média é de 1.1 hectares. Com um grau de exploração familiar dominante, 46% das explorações do distrito têm menos de 1 hectare, ocupando somente 21% da área cultivada.

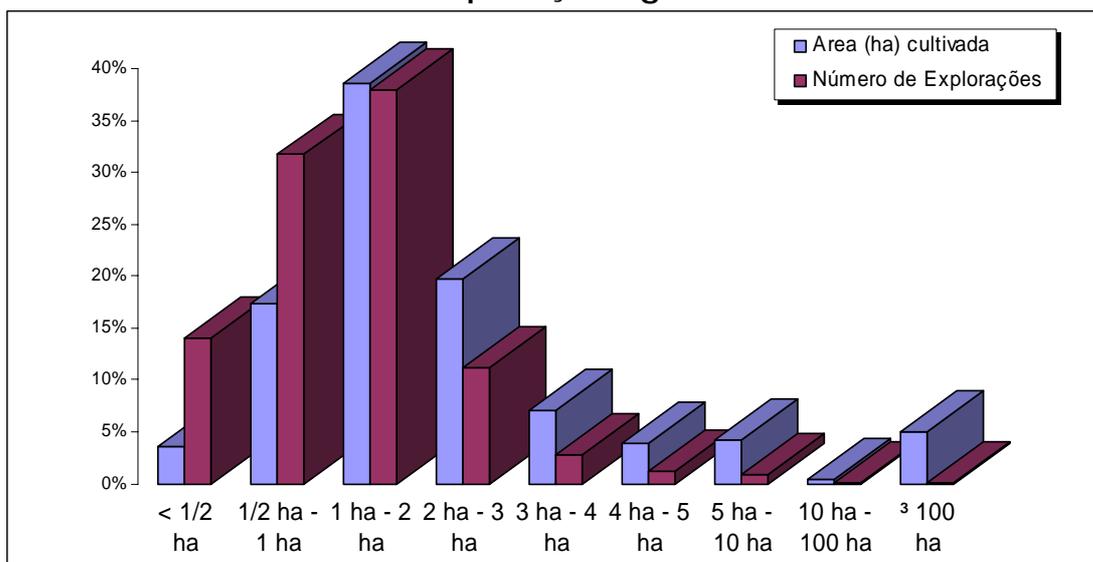
Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 40% da área cultivada pertence a somente 16% das explorações do distrito.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 75% dos casos, o homem da família.

³ Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação s a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra - os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito. Aconselha-se, pois, que mais do que os seus valores absolutos, este capítulo seja analisado tendo em vista absorver os principais aspectos estruturais da actividade agrária.



FIGURA 5: Estrutura de exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

No que respeita à posse da terra, 96% das 26 mil parcelas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos, ou estão em regime de aluguer ou de concessão do estado a particulares e empresas privadas. As autoridades tradicionais e oficiais detêm 4% das parcelas agrícolas do distrito.

6.2 Trabalho agrícola

A estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base alargada da economia familiar, constatando-se que 85% das explorações são cultivadas por 3 ou mais membros do agregado familiar.

Estas explorações estão divididas em cerca de 26 mil parcelas, 35% com menos de meio hectare e exploradas em cerca de metade dos casos por mulheres. De reter que, do total de agricultores, 35% são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

6.3 Utilização económica do solo

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim e batata-doce.

Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras.



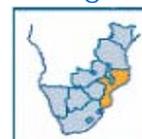
No distrito existem cerca de 5 mil criadores de pecuária e mais de 10 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de produção relativamente mercantilizada, em que o nível de vendas varia de 7% nos caprinos a 74% nos suínos, constituindo uma fonte de rendimento familiar importante.

Constitui igualmente uma fonte importante de rendimento familiar. Deriva, essencialmente, da venda de madeira, lenha, caniço e carvão, bem como da actividade de caça, pesqueira e artesanal, efectuado por um conjunto de centenas de explorações familiares.

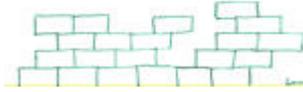
A maior parte da terra fértil ocupada é explorada em regime de sequeiro, e o tecido agrícola do distrito tem um nível de adopção tecnológica baixo.

Lago



7 Educação

EDUCAÇÃO
U A O



Com 70% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 40% dos habitantes⁴ frequentam ou já frequentaram a escola primária.

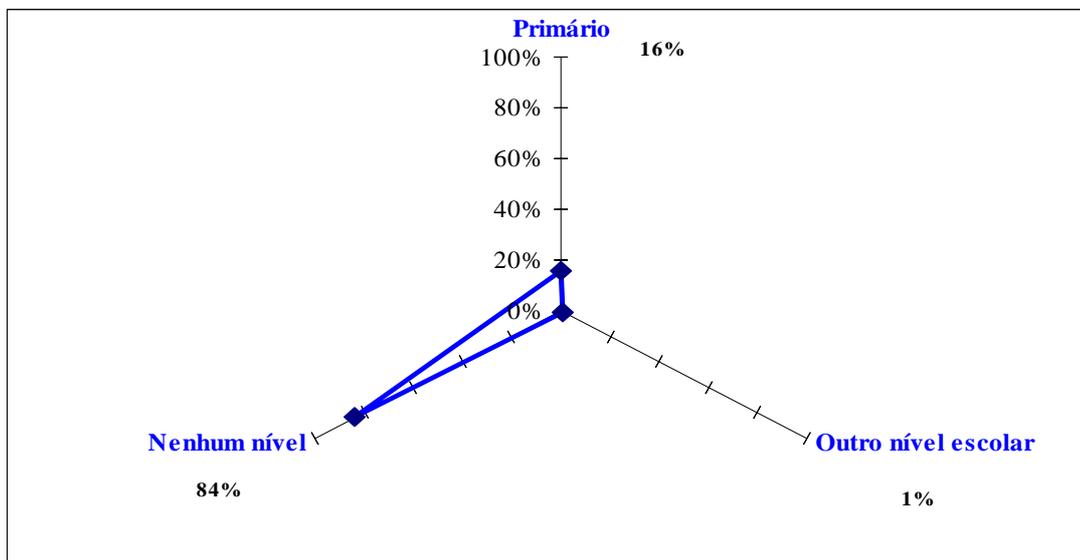
TABELA 7: População⁵, por condição de frequência escolar

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE LAGO	16,4%	9,8%	6,6%	23,2%	14,2%	9,0%	60,4%	24,5%	35,9%
P.A. de METANGULA	21,5%	12,8%	8,7%	24,7%	13,9%	10,7%	53,8%	21,6%	32,2%
P.A. de COBUE	16,5%	9,8%	6,7%	25,5%	16,3%	9,2%	58,0%	24,3%	33,6%
P.A. de LUNHO	18,9%	11,3%	7,6%	27,1%	16,3%	10,8%	54,0%	20,3%	33,7%
P.A. de MANIAMBÁ	8,7%	5,2%	3,5%	14,8%	10,0%	4,8%	76,5%	32,1%	44,4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A maior taxa de escolarização verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 52% das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a entrada tardia na escola. Na sua maioria, os estudantes são rapazes a frequentar o ensino primário, dada a insuficiente / inexistente rede escolar dos restantes níveis de ensino nalgumas localidades.

FIGURA 6: População⁶, por nível de ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁴ Com 5 ou mais anos de idade.

⁵ Com 5 ou mais anos de idade.

⁶ Com 5 ou mais anos de idade.



TABELA 8: População⁷, por nível de ensino que frequenta

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE LAGO	16,4%	0,2%	15,7%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	83,6%
5 - 9 anos	23,8%	0,0%	23,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	76,2%
10 - 14 anos	51,6%	0,0%	51,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	48,4%
15 - 19 anos	26,2%	0,2%	24,2%	1,7%	0,1%	0,0%	0,0%	73,8%
20 - 24 anos	4,7%	0,4%	2,6%	1,7%	0,0%	0,0%	0,0%	95,3%
25 e + anos	0,9%	0,3%	0,5%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	99,1%
HOMENS	20,2%	0,2%	19,2%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	79,8%
MULHERES	12,9%	0,2%	12,5%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	87,1%
P.A. de METANGULA	21,5%	0,1%	20,1%	1,3%	0,0%	0,0%	0,0%	78,5%
P.A. de COBUE	16,5%	0,1%	16,1%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	83,5%
P.A. de LUNHO	18,9%	0,3%	18,3%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	81,1%
P.A. de MANIAMBA	8,7%	0,1%	8,4%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	91,3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de populações, verifica-se que somente 13% concluíram algum nível de ensino.

Destes, 92% completaram somente o ensino primário e 6% o 1º grau do secundário.

TABELA 9: População⁹, por nível de ensino concluído

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE LAGO	13,2%	0,1%	12,2%	0,7%	0,1%	0,1%	0,0%	86,8%
5 - 9 anos	0,7%	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,3%
10 - 14 anos	5,1%	0,0%	5,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	94,9%
15 - 19 anos	19,2%	0,1%	18,8%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	80,8%
20 - 24 anos	22,3%	0,2%	20,6%	1,4%	0,2%	0,0%	0,0%	77,7%
25 e + anos	17,7%	0,2%	16,0%	1,2%	0,1%	0,1%	0,0%	82,3%
HOMENS	19,3%	0,2%	17,6%	1,3%	0,1%	0,1%	0,0%	80,7%
MULHERES	7,9%	0,1%	7,6%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	92,1%
P.A. de METANGULA	15,1%	0,1%	13,8%	1,0%	0,1%	0,1%	0,0%	84,9%
P.A. de COBUE	15,1%	0,1%	13,8%	1,1%	0,1%	0,1%	0,0%	84,9%
P.A. de LUNHO	16,1%	0,2%	15,3%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	83,9%
P.A. de MANIAMBA	7,1%	0,1%	6,7%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	92,9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

O baixo grau de escolarização reflecte o facto de, apesar da expansão em curso, a rede escolar e o efectivo de professores serem insuficientes e possuírem uma baixa qualificação pedagógica. Tais factos são agravados por factores socio-económicos, resultando em baixas taxas de aproveitamento e altas desistências, em algumas das localidades do distrito.

⁷ Com 5 ou mais anos de idade.

⁸ Com 5 ou mais anos de idade.



TABELA 10: Escolas, alunos e professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO E POSTOS ADMINISTRATIVOS	N.º de Escolas	N.º de Alunos		N.º de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	101	8.356	16.644	40	327
EP1	76	7.447	14.123	26	231
EP2	7	424	1.473	1	37
ESG I	1	150	428	4	19
AEA	17	335	620	9	40

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação
EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

A maioria dos professores tem uma formação escolar baixa, possuindo, em média, a 6ª classe e, em alguns casos, um ano de estágio pedagógico, o que condiciona bastante a qualidade do ensino ministrado.

⁹ Com 5 ou mais anos de idade.

8 Saúde e Acção Social

8.1 Cuidados de saúde e quadro epidémico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 8 mil pessoas;
- Uma cama por 1.600 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 3.100 residentes no distrito.

TABELA 11: Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente	Tipo de Unidades Sanitárias					Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde I	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde	HM	H	M
TOTAL DO DISTRITO								
Nº de Unidades	11	0	1	1	9			
Nº de Camas	54	0	34	20	0			
Pessoal Total	31	0	17	5	9	31	17	14
- Licenciados	0	0	0	0	0	0	0	0
- Nível Médio	2	0	2	0	0	2	1	1
- Nível Básico	12	0	10	2	0	12	7	5
- Nível Elementar	14	0	3	2	9	14	8	6
- Pessoal de apoio	3	0	2	1	0	3	2	1

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”. A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

TABELA 12: Indicadores de cuidados de saúde, 2003

Indicadores	
Taxa de ocupação de camas	23,3%
Partos	1.547
Vacinação	39.234
Saúde materno-infantil	42.384
Consultas externas	46.945
Taxa de baixo peso à nascença	7,8%
Taxa de mau crescimento	5,4%

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

Lago



O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificados no distrito.

8.2 Acção Social

A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

Neste distrito existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de mil órfãos (dos quais 25% de pai e mãe) e cerca de 700 deficientes (31% com debilidade física, 15% com doenças mentais e 54% com ambos os tipos de doença).

TABELA 13: População, por condição de orfandade, 1997

DISTRITO DE LAGO	1.181
Homens	532
Mulheres	649
5 - 9 anos	339
10 - 14 anos	353
15 - 19 anos	489
P.A. de METANGULA	255
P.A. de COBUE	297
P.A. de LUNHO	365
P.A. de MANIAMBA	264

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 14: População deficiente, por idade e residência, 1997

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
DISTRITO DE LAGO	706	216	108	382
0 - 14	98	33	24	41
15 - 44	474	97	57	320
45 e mais	134	86	27	21
P.A. de METANGULA	249	49	21	179
P.A. de COBUE	185	52	32	101
P.A. de LUNHO	187	104	31	52
P.A. de MANIAMBA	85	11	24	50

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A acção social no distrito tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

9 Género

O distrito tem uma população de 75 mil habitantes - 39 mil do sexo feminino - sendo 15% das famílias do tipo monoparental chefiados por mulheres.

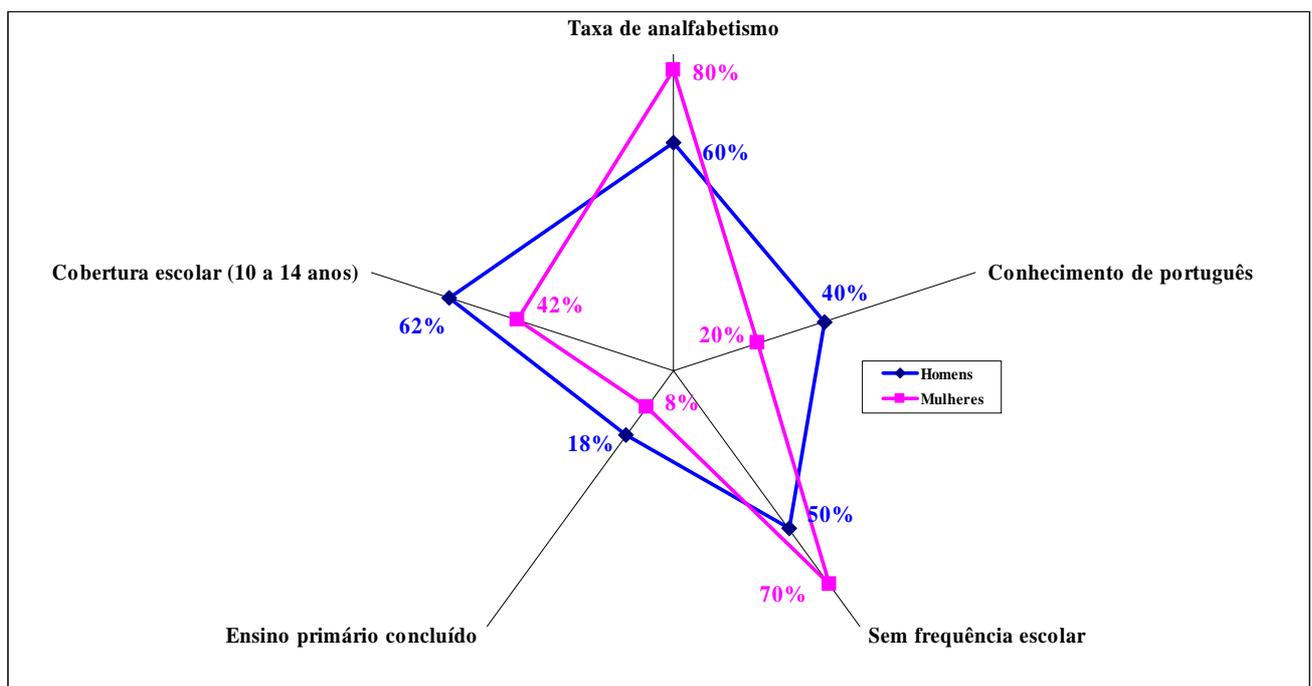
9.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Cyao*, só 20% das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 80%, sendo de 60% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 70% nunca frequentaram a escola e somente 8% concluíram o ensino primário.

A maior taxa de escolarização feminina ocorre no grupo etário dos 10 a 14 anos, em que 42% das raparigas frequentam a escola. Este indicador evidencia o baixo nível escolar e a entrada tardia na escola da maioria das raparigas, sobretudo nas zonas rurais.

FIGURA 7: Indicadores de escolaridade, por sexos



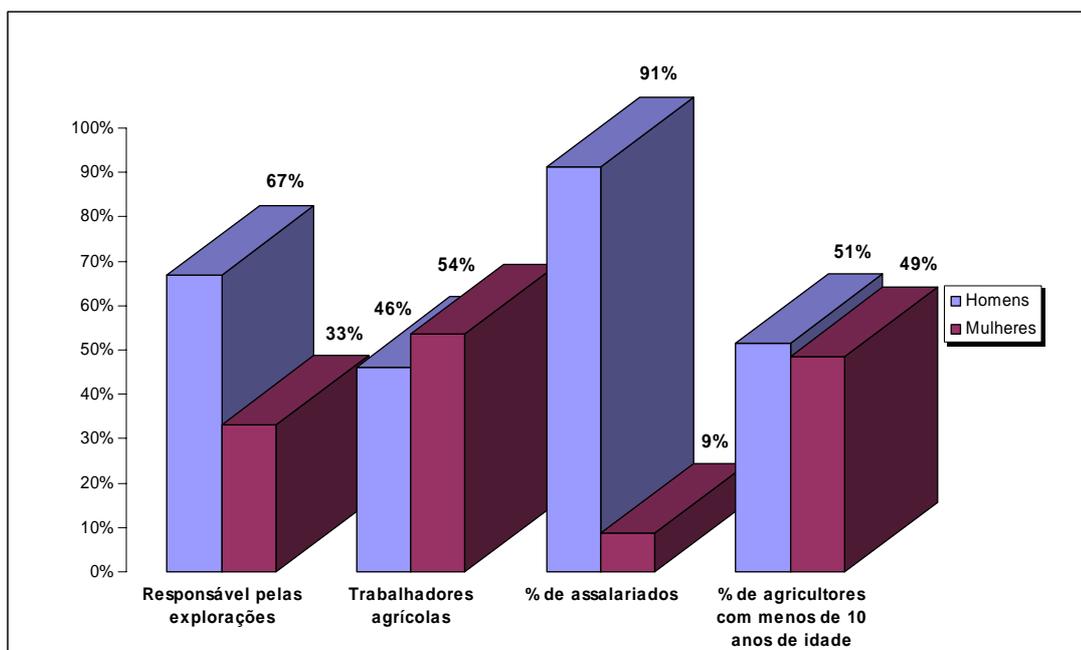
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

9.2 Actividade económica e exploração da terra

De um total de 39 mil mulheres, 21 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procuram emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 13 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 37% (29% nos homens).

As 13 mil explorações agrícolas do distrito estão divididas em cerca de 26 mil parcelas, na maioria com menos de meio hectare e exploradas, em mais de metade dos casos, por mulheres. De reter, que 35% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, das quais cerca de metade são raparigas.

FIGURA 8: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

A distribuição das mulheres activas residentes no distrito, de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade, é a seguinte:

- Cerca de 96% são trabalhadoras agrícolas familiares ou por conta própria;
- 3% são empregadas ou vendedoras no sector comercial formal e informal ou trabalhadoras de outros serviços; e
- As restantes são, na maioria, produtoras artesanais ou empregadas em serviços industriais.

9.3 Governação



Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no

mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Lago



10 Actividade Económica

10.1 População economicamente activa

A estrutura etária da população reflecte uma relação de dependência económica aproximada de 1:1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 10 pessoas em idade activa.

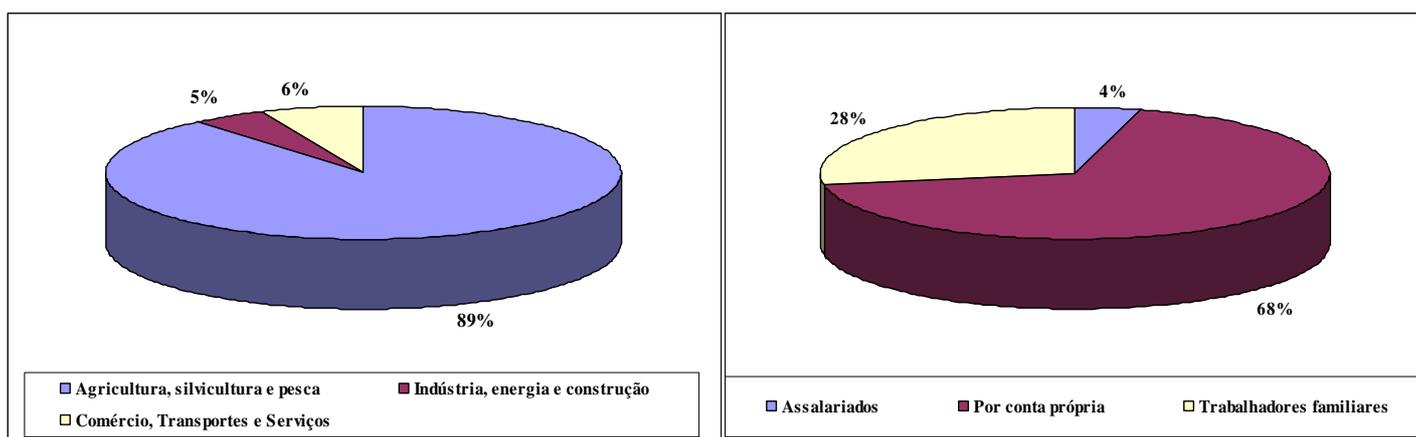
De um total de 75 mil habitantes, 40 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 26 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 33%.

Da população activa, 96% são trabalhadores familiares ou por conta própria, na maioria, mulheres. A percentagem de assalariados é somente de 4% da população activa, sendo - de forma inversa, dominada por homens (as mulheres representam apenas 9% do total de assalariados).

A distribuição da população activa segundo o ramo de actividade reflecte a dominância do sector agrário, que ocupa 89% da mão-de-obra do distrito.

Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 5% e 6% dos trabalhadores, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, que ocupa cerca de 6% do total de trabalhadores do distrito.

FIGURA 9: População activa¹⁰, por ramo de actividade, 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

¹⁰ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

TABELA 15: População activa¹¹, por ramo de actividade, 2005

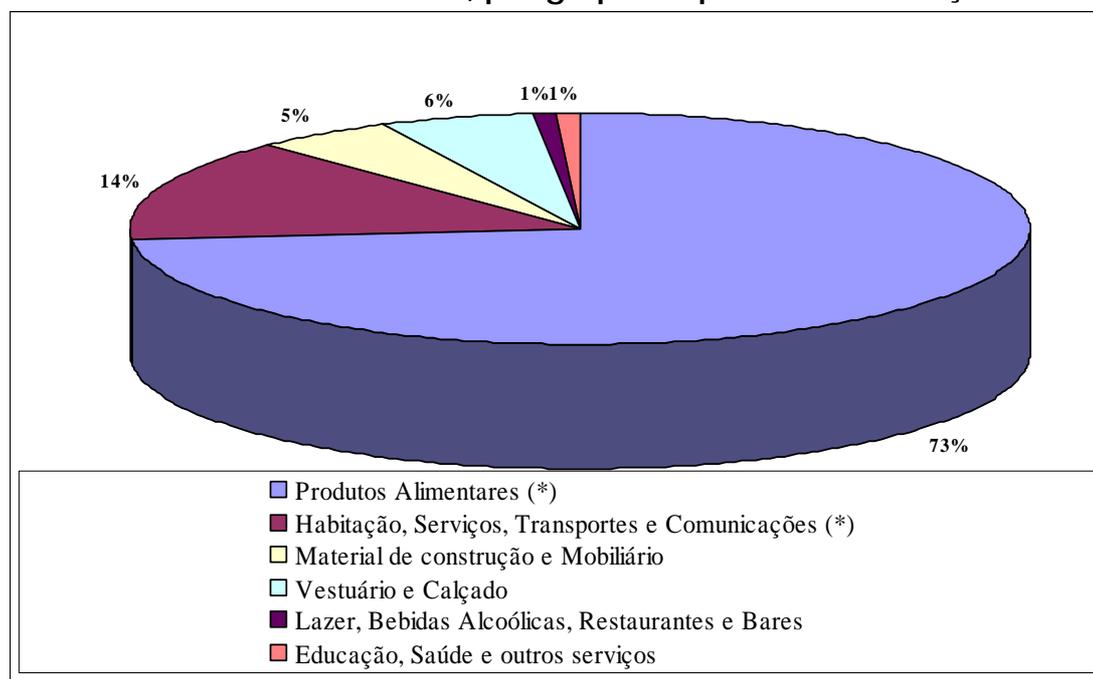
SECTORES DE ACTIVIDADE	TOTAL	POSIÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO						
		Assalariados			Sector	Por conta própria	Trabalhador familiar	Empresário
		Total	Estado	Empresas				
		Coop.					Patrão	
DISTRITO DE LAGO	26.449	4,2%	2,8%	1,4%	0,1%	67,9%	27,8%	0,1%
- Homens	13.245	3,8%	2,5%	1,3%	0,0%	34,6%	11,5%	0,1%
- Mulheres	13.204	0,4%	0,2%	0,1%	0,0%	33,3%	16,3%	0,0%
Agricultura, silvicultura e pesca	23.530	0,4%	0,2%	0,2%	0,0%	62,3%	26,2%	0,0%
Indústria, energia e construção	1.216	0,8%	0,3%	0,4%	0,0%	3,3%	0,5%	0,0%
Comércio, Transportes e Serviços	1.702	3,1%	2,3%	0,8%	0,0%	2,2%	1,1%	0,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

10.2 Orçamento familiar

O distrito tem um Índice de Incidência da Pobreza ¹² estimado em cerca de 57% no ano de 2003¹³. Com um nível médio mensal de receitas familiares de 60% em espécie, derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria, a população do distrito apresenta um padrão de consumo concentrado nos produtos alimentares (74%) e nos serviços de habitação, água, energia e combustíveis (14%).

FIGURA 10: Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria

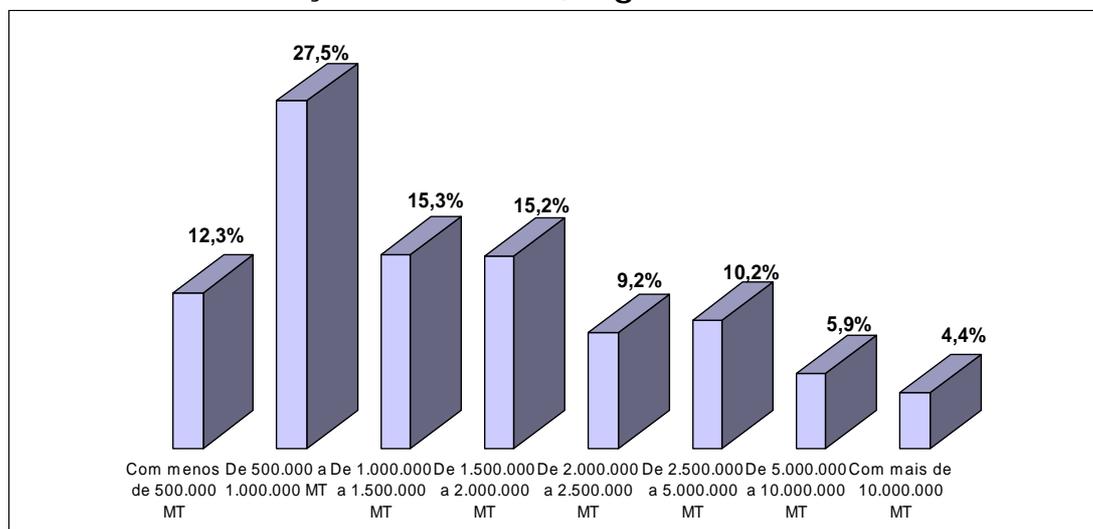
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

¹¹ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

¹² O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

Com variância significativa, a distribuição da receita familiar está concentrada nas classes baixas, com 55% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 1.500 contos.

FIGURA 11: Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

10.3 Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência



Este distrito tem sido alvo de calamidades naturais que afectam a vida social e económica da comunidade.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem de acordo com vários levantamentos efectuados por entidades credíveis¹⁴ - a níveis de segurança alimentar de risco, estimando-se em 2,5 meses a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca, o que coloca cerca de 5% da população do distrito, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável.

Efectivamente, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, conseqüentemente, os baixos rendimentos das culturas, a colheita principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda colheita, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça.

¹³ Estimativa da MÉTIER, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPO, Gabinete de Estudos do MPF.

¹⁴ Nomeadamente, os Médicos sem fronteira.

As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado nas cidades mais próximas, já que as oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia ter por base, essencialmente, as relações familiares.

Para atenuar os efeitos desta situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam a comunidade aquando de calamidades, são o Programa Mundial para a Alimentação, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais o Programa de Emergência de Sementes e Utensílios e a Organização Rural de Ajuda Mútua, cuja actuação inclui a entrega de alimentos e a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas, no quadro de programas “*comida por trabalho*”.

10.4 Infra-estruturas de base



Existe a EN 249 que liga Lichinga/Maniamba asfaltada continuando para Metangula de terra batida reabilitada. A ER 538 de Metangula/Cobué reabilitada, com o troço que a liga à Localidade Lupilichi em más condições.

As estradas vicinais de Bandece/Liziunga, Tulo/Chissindo, Messumba/Ngoo e Metangula/Meluluca carecem de reabilitação. Algum trabalho está a ser feito com a participação das comunidades.

Existem pontes sobre os Rios Lualezi, Luchemanje, Lunho em boas condições e outras pontecas e aquedutos reabilitados. O Projecto Metangula/Lodje, está a construir a ponte sobre o rio Luchemanje no troço que liga Metangula/Sede do Distrito a Meluluca.

Durante o tempo chuvoso as populações de Chuanga, Messumba, Mbamba e Ngoo ficam isoladas por falta de pontes sobre os Rios Lunho, Fubue e outras pontecas nos pequenos riachos ao longo da costa, desde a Sede do Distrito até Ngôo.

Foi reabilitada a ponte sobre o Rio Lunho e continuam os trabalhos de reabilitação da estrada Regional Metangula/Lupilichi. Decorrem trabalhos no cruzamento Kobwe/Lupilichi. A reabilitação de pontecas e a construção de aquedutos têm sido realizadas pela Empresa de Construção e Manutenção de Estradas e Pontes (ECMEP).

Com vista à reabilitação de estradas vicinais foram contratados 95 jovens com o envolvimento das autoridades comunitárias, que trataram os seguintes trajectos:

Bandezi/Liziunga	37km concluídos
Chipile/Meluluca	26 km concluídos
Messumba/Ngoo	36 km concluídos
Lunho, Mecuela/Chissindo	60 km falta concluir 25 km

TABELA 16: Rede de estradas

Localização	Dimensão(kms)	Tipo
Metangula-Maniamba	29	EN-249
Metauale-Lipiliche	210	ER
Metangula-Ngogo	16	NC
Metangula-Melulucha	25	NC
Bandece-Lisiunga	60	NC
Messumba-Ngoo	36	NC

Classificação: EN- Estrada Nacional; ER- Estrada Regional secundária, não alcatroada; NC- Não Classificada,

Fonte: Administração do Distrito

Operam no distrito transportes semi-colectivos, os vulgos “Chapa-100”, que fazem a ligação Sede do Distrito para a Cidade de Lichinga.

Não existe transporte público lacustre, circulando apenas pequenas embarcações privadas que não oferecem condições de segurança. Todavia, no âmbito da SADC, o barco malawiano “ILALA”, facilita a comunicação das populações ao longo da costa do Lago.

Pela sua localização geográfica, o Lago Niassa possui 3 portos de cabotagem, nomeadamente Kóbwè, Metangula e Meponda. Para garantia da segurança de navegação e tráfego local foram instalados sinais de ajuda à navegação em terra, faróis de aproximação de navios aos portos, reabilitação do farol da Base Naval e do farolim à entrada da Baía de Thungo.

Foram transportados 1.223 passageiros e 11.639 toneladas de carga diversa em 178 viagens num percurso de 2.390 milhas. No que respeita ao tráfego fronteiriço no trajecto Kobwe/Likoma foram transportados 533 passageiros e 39.579 toneladas de carga diversa em 359 viagens num percurso de 1.385 milhas.

Relativamente ao transporte comercial marítimo de cabotagem, o Navio Malawiano (ILALA) transportou 14.369 passageiros, sendo 2.942 desembarcados, 2.145 embarcados e 10.282 em trânsito. Foram transportadas de 515,055 toneladas de carga

Lago



diversa, sendo 175.998t de carga desembarcada, 103.363 embarcada e 285.694 em trânsito, em 45 viagens num percurso de 360 milhas.

Em termos de comunicações o distrito é servido por postos de rádio e telefone. A rede de comunicações comporta o seguinte:

- Uma Agência das TDM, Empresa Pública;
- Uma Estação Postal dos Correios de Moçambique-Empresa Pública;
- Rádios transmissor e receptor nas Direcções Distritais de ADR, ADMAR, Administração do Distrito, PRM, Administração do Posto de Kóbuè, TDM no Posto Administrativo de Maniamba.

Os tipos de fonte de água no distrito variam entre poços e furos. As fontes estão em funcionamento o ano todo e estão equipadas com bombas do tipo Afridev. Apenas 5 localidades/aldeias têm acesso a água das fontes, enquanto as restantes tiram-na directamente dos rios e lagos. A participação comunitária no sector de água restringe-se à manutenção de segurança, não havendo animadores para o sector no distrito de Lago.

O Distrito possui 68 fontes de água, entre poços (9) e furos (59) com bombas manuais. Existe um subsistema de abastecimento de água na Vila de Metangula cujo funcionamento é deficiente por falta de abastecimento de combustível e lubrificantes pelo Conselho Municipal. Funciona um pequeno sistema de motobombas pertencente à Base Naval , durante algumas horas no período da manhã.

Existe um grupo gerador pertencente ao Município da Vila de Metangula e geradores da Unidade Militar da Base Naval. O seu funcionamento é deficiente devido à falta de combustíveis e lubrificantes, sendo que a Base Naval fornece energia eléctrica apenas durante algumas horas.

Os Postos Administrativos não possuem geradores próprios. O Posto Administrativo de Maniamba beneficia de energia eléctrica produzida por painéis solares; o PA de Kóbuè aproveita a energia eléctrica produzida pelos painéis solares do Posto de Saúde e a Localidade de Lupilichi é servida pelo gerador do Fomento Mineiro.

Na Vila Municipal de Metangula funciona um grupo gerador que é gerido pela Base Naval, já que o Município não tem condições para o manter. Todavia, a um de Dezembro de 2003 a gestão do referido gerador foi restituída ao Município.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de

conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

10.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

De uma forma generalizada pode-se dizer que a região é caracterizada pela ocorrência de três sistemas de produção agrícola dominantes. O primeiro corresponde à vasta zona planáltica baixa onde domina a consociação das culturas alimentares, nomeadamente mandioca/milho/feijões nhemba e boer, como culturas de 1ª época (época das chuvas) e a produção de arroz pluvial nos vales dos rios, dambos e partes inferiores dos declives. Na maioria da região, este sistema é característico do topo dos interflúvios, declives superiores e intermédios.

O segundo sistema de produção é dominado pela cultura pura de mapira, ocasionalmente consociada com milho e feijão nhemba. As culturas de meixoeira e amendoim podem aparecer em qualquer uma das consociações. A mandioca é a cultura mais importante em termos de área e é cultivada tanto em cultivo simples, como em cultivo consociado com feijão ou amendoim.

O algodão corresponde ao terceiro sistema de produção, e constitui a principal cultura de rendimento da região. Os três sistemas de produção agrícola aqui descritos ocorrem em regime de sequeiro.

O sul do distrito é dominado pelo sistema de produção de milho, associado à produção de feijão, batata reno, sendo qualquer uma delas

importante, não só na segurança alimentar como também como forma de rendimento. O feijão manteiga pode mesmo ser feito em dois cultivos sucessivos. Devido à humidade excessiva durante a estação das chuvas e à maior ou menor deficiência de humidade durante o período seco, é prática comum o uso de matutos, técnica local de conservação de solos e água.

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

TABELA 17: Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003

Principais Culturas	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	8.264	8.077	8.544	10.231	8.552	7.552
Arroz	92	37	174	87	140	53
Mapira	1.394	932	1.531	430	1.568	921
Amendoim	1.122	449	1.188	858	1.198	705
Mandioca	21	53	396	1.000	739	3.062
Feijões	4.983	1.953	4.804	2.397	4.981	1.465
Batata Doce	79	106	317	631	150	206
Hortícolas	53	13	211	106	224	106
TOTAL DO DISTRITO	16.009	11.619	17.165	15.739	17.553	14.068

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

10.5.1 Pecuária

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

Dada a existência de boas áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

10.5.2 Pescas, Florestas e Fauna bravia

As principais limitações ao plantio de árvores de fruta são a falta de sementes, as pragas e a insuficiente qualidade da terra. A lenha é a fonte de energia mais usada na

confeção de alimentos no Lago.

No Âmbito da arborização foram distribuídas e plantadas 8.012 árvores, sendo 2.456 de fruta e 5.556 de sombra nos povoados de Metangula sede, Maniamba, Lunho e Kóbwè.

Frutos tais como a manga, banana, papaia, ata e o mazuco (fruto silvestre) são consumidos frescos e/ou processados para comercialização nos mercados locais..

Para além da pesca, a caça constitui um suplemento dietético das famílias no Lago. Dentre os animais mais caçados constam-se as gazelas, porco-do-mato e búfalos. Das espécies ainda existentes no distrito contam-se elefantes, pala-palas, porcos, antílopes e hipopótamos.

10.6 Indústria, Comércio e Serviços

A pequena indústria local (pesca, moageiras, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

As actividades na área dos Recursos Minerais e Energia caracterizam-se pela comercialização do Ouro, cobrança de taxas e emissão de licenças para exploração mineira.

Durante o primeiro semestre de 2003, foram comercializadas na área de Lupilichi 455 gramas de ouro pelo Fundo do Fomento Mineiro.

A estimativa de cobrança de taxas aos garimpeiros é de 96.000.000,00 Mt (Noventa e seis Milhões de Meticais) anuais, não obstante durante primeiro semestre de 2003 ter sido cobrada uma receita de 55.500.000,00 Mt (Cinquenta e cinco milhões e quinhentos mil Meticais).

A nível familiar os rendimentos fora da agricultura não são significativos para a economia formal. A população, via de regra, apenas comercializa localmente a sua produção, só se deslocando aos mercados dos distritos vizinhos para comprar os produtos não disponíveis no mercado local.

Em todo o distrito só 6 lojas estão em funcionamento. Existem, ainda, 7 moagens, 1 padaria e 1 restaurante. A rede comercial é maioritariamente constituída por comerciantes informais que possuem as suas bancas espalhadas um pouco por todo o distrito.

Em termos de actividades de pequena escala desenvolvidas no sector comercial, as mulheres normalmente dedicam-se à venda de pão e de farinha de milho, enquanto os homens por sua vez praticam o comércio ambulante de confeções. Nada consta sobre actividades no sector da indústria de pequena escala.

A região do Lago Niassa tem muita importância em termos turísticos pois é um dos grandes lagos da região Austral de África. Uma das riquezas do Lago é o peixe, que existe em abundância e possibilita a prática da pesca artesanal e comercial, fazendo com que seja incluído na dieta das famílias

Ao longo da costa do Lago, existem belas praias para o desenvolvimento do turismo (Chuanga, Ngoo, Chigoma, Michepa, Meluluca). Apenas a praia de Chuanga está a ser explorada. Aqui foi construído o Centro Turístico Katawala (Cetuka).

O projecto Manda Wildernesse de Mchenga Nkuichi realiza também trabalhos de igual carácter, albergando turistas nacionais e internacionais. A falta de transporte lacustre é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento do turismo no distrito.

Não existe nenhum sistema formal de crédito no distrito. A única instituição financeira aí existente é um ponto de captação de poupança do Banco Austral.

Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito do Lago

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

Nº	Nome completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de Jurisdição			Data de Reconhecimento
				Posto Administrativo	Localidade	Local onde exerce	
1	João Messune Massange	A. Tradicional	M			Messumba	
2	Sufini I. Nantima	Rainha	F			Maniamba	
3	Manuel Maendaenda	A. Tradicional	M			Chia	
4	Jame Lucas Sicuisse	“	M			Lunho	
5	Braz Amido Liconhile	“	M			Liziunga	
6	Franco Chiuziaja Mataka	“	M			Cóbuè	
7	Carlos Selemane Chiteji	“	M			Cóbuè	
8	Noel Capito	“	M			Ngô	
9	Saïde Namaumbo	“	M			Chissindo	
10	Silca Matola	Rainha	F			Meluluca-sede	
11	Alberto Chadica	A. Tradicional	M			Massumba	
12	Nacamo Bernabé Mpalile	“	M			Chilembe	
13	José Nconda (Nchequeni)	“	M			Chuaiga	
14	Cásimo Awilo Njoninjo	“	M			Mbandece	
15	Francisco Matola	Sec. Bairro	M			Capueza	
16	João Amanze	Sec. Bairro	M			Muchinga	
17	Bonomar Ágida	“	M			Tungo	
18	Maulana Imedi	“	M			Seli	
19	Alexandre Valente	“	M			Sanjala	
20	Francisco Wiliamo	“	M			Chiunga	
21	António João Cecílio	“	M			Chigoma	
22	Ernesto Ntualo	“	M			Mechúmua	
23	Calamane Aissa	“	M			Chipile	
24	Omar Bulaimo	Sec. Bairro	M			Micuío	

Lago



PÁGINA 50

Documentação consultada

- Administração do Distrito, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional, 2004.*
- Administração do Distrito, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER, 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província de Niassa, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Niassa, Maio 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província de Niassa, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Niassa, 2002.*
- Direcção Provincial da Educação de Niassa, *Relatório de Actividades, 2004.*
- Direcção Provincial de Saúde de Niassa, *Relatório de Actividades, 2004.*
- District Development Mapping Project, *Perfil Distrital, 1995.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província de Niassa, 2001.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas, CD, 2004.*
- J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa, 2002.*
- Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué, 1986.*
- MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997.*
- MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas, 2003..*
- MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique, 2004.*
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios, Relatório Final, Junho 2002.*
- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003.*
- Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil*

Estatístico Sanitário da Província de Niassa, 2004.

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento, 1998.*

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03).*

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005), Conselho de Ministros, 2001.*

UN System, *Mozambique Common Country Assessment, 2000.*

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals, 2002.*

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework, 2002-2006.*

UNDP, *Governance and local development, 2004.*

UNDP, *Poverty and Gender, 2004.*

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001.*

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities, 2003.*

UNDP, *Sustained local development, Senegal, 2004.*

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal, 2003.*

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique, 2004.*

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit, 2004.*

World Bank, *Social Analysis Sourcebook, 2003.*

Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005